



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0290424-1

COMARCA:

24ª VARA CÍVEL DE RECIFE

AGRAVANTE:

HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO

AGRAVADO:

MAÍRA RAMOS DE SOUZA

RELATOR :

DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ASTREINTES - EXECUÇÃO - PEDIDO DE REDUÇÃO - DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - MONTANTE ANTERIORMENTE REDUZIDO PELO JUÍZO DE 1º GRAU EM PERCENTUAL DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - VALOR QUE NÃO SE MOSTRA EXORBITANTE - FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - AGRAVO NÃO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0290424-1, em que figuram como Agravante HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO e como Agravado MAÍRA RAMOS DE SOUZA, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: ***“Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Des. Relator”***, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de março de 2013.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



31

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO INSTRUMENTO Nº 0290424-1

COMARCA: 24ª VARA CÍVEL DE RECIFE

AGRAVANTE: HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO

AGRAVADO: MAÍRA RAMOS DE SOUZA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto contra parte da decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz de Direito da 24ª Vara Cível da Capital, que, nos autos da Ação de Consignação em pagamento c/c revisional de contrato de financiamento distribuída sob o nº 0001866-80.2009.8.17.0001, já em fase de cumprimento de sentença homologatória, determinou a intimação da parte ré, ora agravante, para efetuar o pagamento integral da dívida, decorrente do acúmulo das *astreintes* fixadas, no total de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) no prazo de 15 dias, sob pena de ser acrescido ao aludido débito o percentual de 10% (dez por cento), conforme descrito no art. 475-J do CPC, alterado pela Lei nº 11.232/05.

Em sua decisão, entendeu o magistrado condutor do feito que “o descumprimento da obrigação ilíquida estipulada na sentença homologatória gerou uma obrigação líquida, na forma de multa, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), de modo que trata-se de execução de sentença já transitada em julgado, certidão de fls. 69. Entretanto, atento este Juízo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista o valor do objeto da ação ora em tela, bem como o valor do acordo extrajudicial e, principalmente, acautelando-se para não oferecer um enriquecimento sem causa, reduzo a multa e a fixo no patamar de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Em suas razões, o recorrente alega, em síntese, que a decisão agravada não se coaduna com a linha de entendimento seguida pelo Superior Tribunal de Justiça. Apresenta alguns julgados que refletem a possibilidade da redução da multa quando esta se mostra exorbitante, superior ao valor da ação principal, em atenção ao princípio da proporcionalidade, a fim de que não fique caracterizado o enriquecimento sem causa do agravado. Informa que o atraso em proceder à baixa do gravame, na forma como estipulada na sentença homologatória, se deu por motivo alheio, consistente na dificuldade que teve para sacar o alvará junto agência bancária.

Devidamente intimada, a parte agravada apresentou suas contra-razões às fls. 141/ 148 pelo não provimento do agravo.

É o que se impõe relatar.

Inclua-se o feito em pauta.

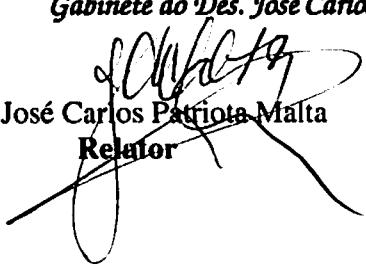
Recife, 01 de dezembro de 2013.



32/

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível

Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO INSTRUMENTO Nº 0290424-1
COMARCA: 24ª VARA CÍVEL DE RECIFE
AGRAVANTE: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
AGRAVADO: MAÍRA RAMOS DE SOUZA
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Conforme relatado, a questão a ser decidida neste recurso de agravo de instrumento restringe-se ao acerto ou desacerto da redução da multa cominatória efetuada pelo magistrado de piso. No presente caso, o agravante afirma que o grau de redução estipulado pelo juízo, em exatos 50% (cinquenta por cento) do valor originário, de R\$ 25.000,00 para R\$ 12.500,00, ainda se mostra desproporcional.

Nesse ponto, vale destacar que a multa executada resulta do descumprimento, pela instituição financeira, de acordo judicialmente homologado. A tratativa firmada era de que após o depósito de determinada quantia pelo autor a instituição financeira ordenaria a baixa de gravame do seu veículo.

A agravante aponta que assim não procedeu porque encontrou dificuldades em levantar o alvará. Ora, impasses no levantamento do alvará com a instituição financeira depositária são alheios à vontade da parte autora, não devendo esta suportar o ônus da demora em face de ato de terceiro. Sua parte no acordo foi cumprida.

Posto isso, no tocante à multa diária estabelecida, ela não comporta nova redução.

As *astreintes* têm natureza inibitória e intimidatória e seu objetivo não é o de obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas sim o de forçá-lo a cumprir o comando judicial. Seu valor, por isso, não pode ser insignificante, sob pena de tornar-se inócua em desprestígio da ordem judicial. Porém, deve ser razoável. O critério da razoabilidade permite que em certas circunstâncias as *astreintes* sejam fixadas em valor alto, mas não há um padrão que orienta o juiz. Por isso, algumas vezes podem ser consideradas exageradas ou módicas quando apreciadas em segundo grau. No caso presente, com a devida vênia, entendo que foram fixadas em montante condizente com os interesses postos, sem causar qualquer sorte de prejuízo à executada.

Evidencio que o valor da execução da multa é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), que foi generosamente reduzida para R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). A conduta omissiva da recorrente, que sem justificativas plausíveis deixou de cumprir a ordem judicial, é razão suficiente para a manutenção da decisão recorrida, uma vez que a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

importância arbitrada é razoável e proporcional à sua inércia em proceder a uma simples baixa de gravame.

Em face do que foi dito, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.**

É COMO VOTO.

- Recife, 19/03/2013. *[Assinatura]*
[Assinatura]